

# Comparação das participações oficiais dos acidentes de trabalho entre os países da União Europeia

## Comparison of the official notification forms of accidents at work within the European Union

Fialho, T.<sup>a</sup>; Jacinto, C.<sup>a,b</sup>; Guedes Soares, C.<sup>a</sup>; Antão, P.<sup>a</sup>; Silva, S.A.<sup>c</sup>

<sup>a</sup> CENTEC - Grupo de Segurança, Fiabilidade e Manutenção, Instituto Superior Técnico, IST, Universidade Técnica de Lisboa. Av. Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa, Portugal.

tfialho@mar.ist.utl.pt; mcjacinto@mar.ist.utl.pt; guedess@mar.ist.utl.pt; pantao@mar.ist.utl.pt

<sup>b</sup> Departamento de Engenharia Mecânica e Industrial, Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT, Universidade Nova de Lisboa. 2829-516, Caparica, Portugal mcj@fct.unl.pt

<sup>c</sup> CIS - Centro de Investigação e Intervenção Social, ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE - 1649-026 Lisboa, Portugal silvia.silva@iscte.pt

### RESUMO

Este artigo apresenta uma comparação entre os modelos das participações (impressos oficiais) usados nos países da União Europeia para a notificação de acidentes de trabalho. O principal objectivo do estudo foi estabelecer um “retrato” global e actualizado da situação, que agora já inclui todos os 27 estados-membros. Um segundo objectivo foi verificar o nível actual da implementação do sistema EEAT (Estatísticas Europeias de Acidentes de Trabalho), estabelecido pelo Eurostat, bem como o posicionamento de Portugal neste processo dinâmico de harmonização. A metodologia utilizada na comparação é uma análise descritiva, baseada num conjunto de critérios objetivos (p.ex.: formato dos campos de dados) que foram pré-estabelecidos pelos autores. A segunda parte do trabalho contém uma análise mais específica de cada país para confirmar quais as variáveis EEAT que estão actualmente implementadas para a produção de estatísticas Europeias harmonizadas. O resultado deste exercício permitiu fazer uma caracterização geral da situação, que é discutida com detalhe neste artigo. Também revelou que certos formatos (campos de dados) parecem facilitar uma recolha de informação mais completa. No que respeita ao segundo objectivo, os resultados revelaram que o processo de harmonização está longe de estar concluído. As divergências encontradas indicam que o sistema ainda carece de maturidade, mas também sugerem que é necessário um novo acordo/renegociação para facilitar a produção de estatísticas agregadas de todos os países; isto porque os dados comparáveis (por país e/ou agregados) são uma fonte vital de informação para diversas entidades: as autoridades nacionais, as empresas e a comunidade científica. Este artigo é o resumo de um estudo mais detalhado que foi submetido a uma revista internacional, ainda em processo de avaliação.

*Palavras-chave: Acidentes de trabalho, Variáveis Eurostat, Análise de acidentes, Notificação de acidentes*

### ABSTRACT

This paper compares the official forms used in the European Union countries for reporting accidents at work. The main goal of the study was to establish the state of affairs within the 27 member-states. A second objective was to ascertain the current level of implementation of the ESAW system (European Statistics of Accidents at Work), established by the Eurostat, as well as the positioning of Portugal within this dynamic process of harmonisation. The methodology used for the comparison is a descriptive analysis, based on a set of objective criteria (format of data fields) that was pre-established by the authors. The second part of the work includes a more specific scrutiny of each country to confirm which ESAW variables are actually implemented for the production of European harmonised statistics. The results of this exercise allowed a general characterisation of the situation, which is briefly discussed in this paper. It has also disclosed that certain formats (data fields) appear to facilitate the collection of more complete information. With regard to the second objective, the study reveals that the harmonization process is still far from completion. The divergences found denote that the system still lacks maturity but they also suggest that further agreement is necessary to enable the production of aggregated statistics of all countries, since comparable data (both by country and EU-aggregated) is a vital source of information for many, e.g.: the national authorities, the individual enterprises and the research community. This article is a summary of a more comprehensive work that has been submitted to a scientific journal, which is still under review.

*Keywords: Occupational accidents, Eurostat variables, Accident analysis, Accident reporting systems*

## 1. INTRODUÇÃO

As entidades governamentais e a comunidade científica têm interesse comum no bom funcionamento dos sistemas de registo dos acidentes de trabalho (AT). Estes são a fonte primária da informação do acidente e, idealmente, essa informação é utilizada para melhorar a aprendizagem organizacional e promover o desenvolvimento de políticas económicas e de prevenção. Portanto, uma *base de dados compatível* a nível

européu é uma ferramenta de extrema importância e isso só é possível se os dados forem recolhidos e compilados de maneira uniforme em todos os estados-membros.

O objectivo deste trabalho é analisar e comparar as participações oficiais dos AT de todos os 27 estados-membros da União Europeia (UE). As participações (impressos) são comparadas em termos de conteúdo (i.e., as variáveis presentes) e formato (i.e., o formato dos campos de dados, esquemas de classificação, etc.). Também se descreve o estado actual do processo de harmonização europeia, bem como o posicionamento de Portugal neste processo dinâmico. A importância de analisar as participações conjuga dois aspectos fundamentais: (1) São o “ponto de partida” do ciclo completo da informação do acidente; quaisquer problemas com a *fiabilidade dos dados* nesta fase inicial afectarão as fases seguintes, com evidentes repercussões negativas nas estatísticas oficiais; (2) Muitas empresas tendem a seguir as participações oficiais para a criação da sua própria base de dados de acidentes/incidentes. Por outro lado, podem querer usar estatísticas harmonizadas do Eurostat, quer para *benchmarking* e/ou para a criação de indicadores de desempenho. Neste contexto, afigura-se útil comparar as participações e verificar as suas diferenças. No âmbito do sistema EEAT (Estatísticas Europeias de Acidentes de Trabalho), existe um conjunto de “novas” variáveis que descrevem as causas e circunstâncias do acidente e este estudo dá particular atenção a estas, não só porque são novas adições ao sistema, mas também dada a sua relevância para a caracterização do mecanismo do acidente.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1. Países participantes e a recolha de informação

Todos os 27 estados-membros estão incluídos neste estudo. A recolha de dados foi desencadeada por uma carta dirigida às respectivas Inspecções do Trabalho. Nessa carta foi pedida a seguinte informação: (1) uma cópia da participação oficial; (2) das 8 “novas” variáveis, quantas e quais já estão implementadas para a produção de estatísticas. Como nem todos os países responderam à carta, o passo seguinte foi um contacto mais informal por *e-mail*, repetindo o pedido a uma fonte oficial/governamental (p.ex.: Segurança Social). Esta abordagem alternativa resultou em mais algumas respostas. No fim, houve dois países que não responderam a nenhuma das tentativas acima referidas; contudo, os autores conseguiram efectuar o *download* das respectivas participações directamente da internet.

### 2.2. Procedimento de análise

A análise baseou-se num conjunto de critérios objectivos que foram pré-estabelecidos pelos autores. Os critérios incluem, por exemplo, a estrutura geral da participação, quantas (e quais) são as variáveis explicitamente presentes e uma série de outros itens observáveis e evidências tangíveis (ex.: formato dos campos de dados, esquemas de classificação, etc.).

O enfoque principal deste estudo é a implementação das 8 “novas” variáveis, pelo que as 13 variáveis clássicas (Fases 1-2 do sistema EEAT) não serão aqui alvo de análise pormenorizada. De um modo geral, as variáveis clássicas têm sido desde há muito utilizadas pela maioria dos países da UE na análise dos AT; a sua ligação com o acidente é muito simples e as suas denominações são auto-explicativas. Neste caso, os resultados sugerem que todos os estados-membros têm um sistema implementado, que lhes permite registar todas as variáveis clássicas, ou a maioria delas. As 8 “novas” variáveis, para as quais as definições formais são dadas pelo Eurostat (2001), serão alvo de uma análise mais detalhada na secção 3.

Para reduzir a subjectividade da análise dos impressos foi estabelecida uma grelha de análise (instrumento principal), cuja chave de interpretação, para cada variável, é a ilustrada na figura 1.

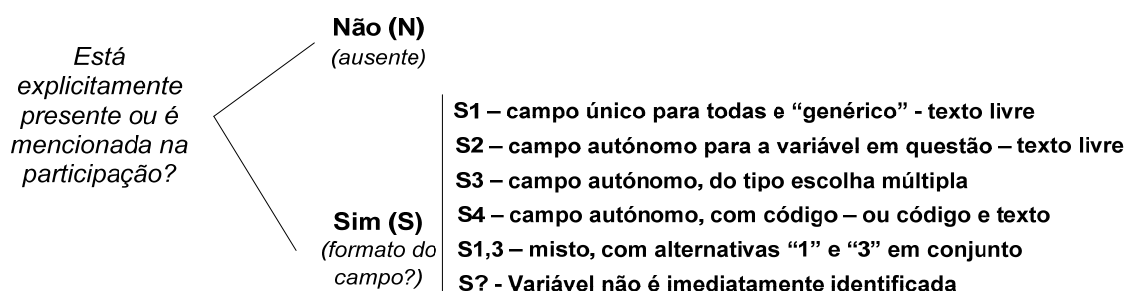


Figura 1 – Chave de interpretação: novas variáveis e outros atributos

Cada participação/impresso foi submetida a uma análise de conteúdo e os dados obtidos estão resumidos na figura 2, de acordo com a chave de interpretação pré-estabelecida. Tanto quanto possível, este estudo usou a participação original na língua nativa de cada país, especialmente no que concerne à avaliação do *layout*, formatação e atributos. Para a *análise do conteúdo*, no entanto, quando confrontados com outras línguas que não o Inglês, Francês, Italiano, Português ou Espanhol, a tradução foi necessária, tendo sido realizada através das embaixadas.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já mencionado, a informação relevante, nomeadamente o impresso, foi obtido de três maneiras: (1) Resposta directa à carta: **15 países**; (2) Respostas alternativas (i.e., pedidos informais, por e-mail, endereçados a agências/entidades governamentais): **10 países** e (3) Não responderam: **2 países** (Itália e Bélgica); nestes casos, a participação foi encontrada e fez-se o seu *download* directamente da internet<sup>1</sup>. Adicionalmente, os autores consultaram o *site* do Observatório Europeu dos Riscos<sup>2</sup>, através do qual foi possível clarificar algumas questões.

Os resultados da primeira análise (comparação do impresso) estão sintetizados na figura 2. No entanto, apenas 17 países responderam claramente à segunda questão (i.e., que novas variáveis já estão implementadas para fins estatísticos?). A diferenciação entre estes dois aspectos é importante porque a participação pode estar concebida de tal forma que já permite recolher dados sobre todas as variáveis, mas isso não significa automaticamente que todas elas estejam a ser codificadas para fins estatísticos. Portugal é um exemplo prático disto: a participação em vigor recolhe informação sobre as 8 variáveis, mas apenas 6 estão actualmente a ser codificadas para as estatísticas nacionais.

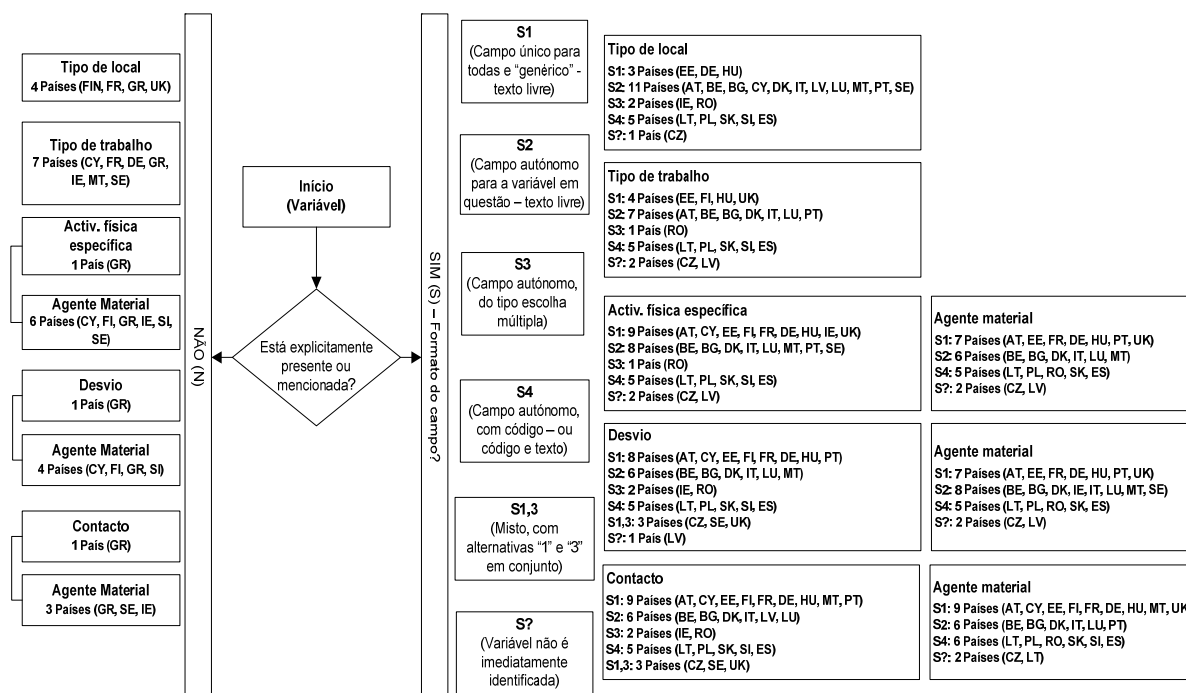


Figura 2 – Resumo das informações obtidas com a chave de interpretação (Novas Variáveis e Atributos da participação)

#### 3.1 Análise dos impressos (participação)

Em termos de presença/ausência explícita das “novas” variáveis (figura 2), existem semelhanças e também diferenças relevantes entre os países. Neste ponto vale a pena observar as seguintes alternativas para o símbolo S (= Sim):

- A presença “explícita” de uma determinada variável no impresso, significa que a informação está a ser obtida; não pode ser deduzido que a mesma esteja a ser codificada e implementada para fins estatísticos.
- Por outro lado, o símbolo (S?) significa que a variável em questão não é “visível” (i.e., não é imediatamente identificável), mas o país em causa confirmou que está implementada para produção de estatísticas Europeias harmonizadas. Admite-se que essa informação seja obtida através da “descrição do acidente”, mas os autores não o conseguiram confirmar.

Nos 27 países da UE, o panorama geral é o seguinte:

- 16 Países têm todas as 8 novas variáveis de alguma forma explícitas nas suas participações/impressos. Destes, 7 pertencem ao grupo dos mais antigos (UE-15) e 9 são novos estados-membros.
  - 9 Países têm entre 5-7 variáveis (n=5 no Chipre, Finlândia, Irlanda e Suécia; n=6 na França e Eslovénia; n=7 na Alemanha, Malta e no Reino Unido).
  - a Grécia não tem nenhuma e a Holanda aboliu o seu impresso oficial (Janeiro de 2007).
- Tendo em conta que o mínimo estabelecido foi a implementação de 4 variáveis, observa-se que quase todos os países cumpriram este objectivo e que muitos foram além disso, pelo menos no que diz respeito ao *design* da sua participação. Por outro lado, os resultados sugerem um “maior esforço” no processo de harmonização por parte dos novos membros.

<sup>1</sup> **Itália:** Istituto Nazionale Assicurazione contro gli Infortuni sul Lavoro (INAIL), *Mod. 4*, <http://www.inail.it>; **Bélgica:** Fonds des Accidents du Travail (FAT), *formulaire de déclaration d'accident*, <http://www.faofat.fgov.be>.

<sup>2</sup> Observatório dos Riscos: [http://osha.europa.eu/en/riskobservatory/osm/system/index\\_html](http://osha.europa.eu/en/riskobservatory/osm/system/index_html)

Além do conteúdo, também o *design* foi comparado quanto ao formato/estrutura dos campos e a comparação revelou alguns detalhes interessantes. A figura 2 mostra um **S** (=Sim) quando a variável está “presente”, mas existem pelo menos quatro formatos diferentes, como explicado a seguir.

**S1** - os dados são recolhidos num campo único, geralmente de texto livre para a descrição completa do acidente. Dos 181 “Sim”, 62 campos (~34%) pertencem a esta categoria. Este é o formato dominante em 8 países (Áustria, Chipre, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Hungria e Reino Unido).

**S2** - campo de texto específico para a variável (i.e., segmento autónomo). 58 campos (~32%) estão nesta situação. É o formato preferencial em 6 países (Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Itália, Luxemburgo e Malta).

**S4** - campo específico contendo um código de classificação, por vezes combinado com texto. 41 campos (~23%) estão nesta categoria. Prevalece em 5 países (Lituânia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia e Espanha).

**Outros** - é uma combinação dos formatos anteriores, incluindo alguns campos de escolha múltipla (**S3**). Este formato misto predomina em 6 países (Rep. Checa, Irlanda, Letónia, Portugal, Roménia e Suécia).

Um olhar mais atento a este assunto mostra que os formatos “S2” e “S4” têm uma importante semelhança: em ambos os casos, há um *campo específico/autónomo* para registar a informação sobre a variável e juntos perfazem ~55% do total. Isto também é válido nos casos identificados como “S3” (i.e., campo autónomo com escolha múltipla; n= 14 campos no total).

Apesar de ter emergido um padrão de “campos específicos ou autónomos” para cada variável, em teoria, todos os formatos são apropriados desde que estejam devidamente “rotulados” e acompanhados por instruções e exemplos. No entanto, o campo “autónomo” para cada variável parece ser aquele que provoca menos dúvidas, já que existe uma separação nítida entre variáveis, o que, provavelmente os torna menos propensos a confusão, quando preenchidos. A opção do campo único com “descrição genérica”, em contraste, pode levar à ausência de informação importante sobre o acidente, seja por falta de instruções pedindo um elemento em particular, ou até mesmo, pelo pouco espaço disponível para a descrição. Assim, parece ser vantajoso ter a informação mais segmentada (i.e., dividida em campos específicos), pois possibilita a quem preenche, dar todos os detalhes importantes. Além disso, a segmentação do texto facilita a análise de conteúdo e pode contribuir para melhorar a fiabilidade inter-analistas (Krippendorff, 2004). A discussão sobre a “estrutura do campo” é particularmente útil no caso de Portugal, onde o impresso actual está em uso há mais de uma década e cujo *design* inclui uma combinação de formatos. A experiência acumulada ao longo do tempo na produção de estatísticas – especialmente após a incorporação de novos dados de 2001 – provou que, pelo menos duas variáveis (agente material do contacto e agente material do desvio) são muito difíceis de codificar (Jacinto *et al*, 2007).

### 3.2 Produção de estatísticas de acidentes e processo de harmonização

O impresso de notificação atrás discutido é um instrumento importante, na medida em que os dados assim obtidos são a principal base para a produção de estatísticas Europeias harmonizadas. No entanto, recolher informação é uma coisa, codificá-la para a produção de estatísticas é outra. Por isso a carta endereçada aos 27 países pediu para indicarem quais (e quantas) das “novas” variáveis estavam a ser codificadas para estatísticas. Apenas 17 países responderam claramente a esta questão. Para os restantes, os autores utilizaram uma fonte do Eurostat, com base em dados de 2005 (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>, 2008). Neste caso, não existe garantia que a informação esteja actualizada: ou porque houve uma mudança recente na política do país, ou porque os dados estatísticos estão a chegar com atraso ao Eurostat.

Esta segunda análise apurou que a maioria dos países da UE (23 em 27) está a usar algumas das novas variáveis para fins estatísticos; destes, 11 países já implementaram todas as 8 variáveis e em 12 países, o nível de implementação varia, indo de 3 variáveis (Reino Unido) a 7 (Lituânia). Em contrapartida, 4 países (Eslovénia, França, Grécia e Holanda) confirmaram que este grupo de variáveis ainda não foi implementado. Do total, pelo menos 22 países já alcançaram a meta mínima de 4 variáveis e muitos (16) já a ultrapassaram. Apesar deste quadro positivo, a harmonização plena ainda está longe da conclusão, especialmente se for considerada a meta das 8 variáveis. Mais uma vez, como aconteceu com as participações/impressos, os novos membros estão bem posicionados nesta comparação, visto que 7 (de 12) implementaram ou estão actualmente a implementar o conjunto completo das novas variáveis.

Quanto às variáveis, os resultados demonstram que: (1) a variável “contacto” parecer ser aquela que é sentida como a mais útil e a única comum a todos os países que já se encontram no sistema, e (2) mesmo ao nível mínimo de 4 variáveis, a produção de estatísticas agregadas ainda não é completamente viável.

De alguma forma esta comparação revelou que existem diferentes velocidades e até diferentes estratégias entre os países. No geral, parece que os novos membros estão a evoluir mais rapidamente no sentido da harmonização completa dos dados, enquanto vários dos antigos membros (UE-15) têm um baixo nível de implementação; além disso, alguns deles estão mesmo a reduzir o número de variáveis utilizadas para a produção de estatísticas. Um exemplo é a Dinamarca, que apesar de estar entre os pioneiros do sistema EEAT, desistiu de algumas variáveis, incluindo o “desvio”. Isto é de algum modo perplexo, tanto mais que a variável “desvio” ajuda a explicar o mecanismo do acidente e tem sido um conceito-chave em modelos de acidentes fortemente defendidos por investigadores Nórdicos (ex.: Kjellén, 1984, 1998; Kjellén e Hovden, 1993). As diferenças nas abordagens e/ou preferências reveladas por esta análise, sugerem a necessidade de mais discussão entre os países, baseada na experiência e maturidade do sistema.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou e comparou os impressos oficiais para a notificação de acidentes de trabalho nos 27 países da UE. A comparação abrangeu tanto o conteúdo do impresso (i.e., que variáveis estão presentes/ausentes),

como o formato/estrutura dos campos de informação. Dado o processo de harmonização em curso, foi dada especial atenção às 8 “novas” variáveis do sistema EEAT. Os resultados da análise revelaram características comuns, mas também uma série de diferenças relevantes entre os países. As principais conclusões são destacadas a seguir.

Variáveis clássicas: são 13 variáveis e, apesar de pequenas diferenças, os 27 estados-membros têm a maioria delas já implementadas para estatísticas, ou pelo menos possuem a informação necessária para as codificarem de acordo com a metodologia EEAT.

Novas variáveis: este é um conjunto de 8 “novas” variáveis que caracterizam as “causas e circunstâncias” do acidente. Tanto nas participações como nas estatísticas, a maioria dos países (22 de 27) cumpriu o *requisito mínimo* de implementar 4 variáveis; o problema é que nem todos seleccionaram as mesmas 4. Em Portugal a participação permite a recolha de informação de todas as novas variáveis, mas apenas 6 delas estão a ser codificadas para fins estatísticos. O baixo nível de concordância encontrado pode dificultar e atrasar o processo de harmonização, que ainda está longe do fim. Na opinião dos autores, a verdadeira questão aqui em jogo não é tanto sobre o “número” de variáveis, mas antes sobre a necessidade de se escolherem e implementarem “as mesmas” variáveis, para que a comparabilidade dos dados seja efectiva.

No que respeita aos impressos, o uso de campos “específicos/autónomos” para cada variável parece ser o formato preferido. Esta estrutura “segmentada” dos dados afigura-se vantajosa, porque é menos propensa a criar confusão durante o preenchimento do impresso. Finalmente, os novos estados-membros parecem estar a progredir mais depressa no processo de harmonização, enquanto os mais antigos (UE-15) apresentam menor nível de implementação, ou estão até a deixar cair algumas variáveis. As divergências encontradas indicam que o sistema ainda carece de maturidade, mas também sugerem que novas discussões/acordos seriam aconselháveis. Outra recomendação possível é que deveria ser aplicada alguma pressão, vinda de “cima para baixo”, para a harmonização se concretizar de uma forma mais coerente e útil.

## 5. AGRADECIMENTOS

Trabalho realizado no âmbito do projecto CAPTAR (<http://www.mar.ist.utl.pt/captar/home.aspx>), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/SDE/71193/2006). Os autores agradecem aos SLI (*Senior Labour Inspectors*) dos estados-membros os impressos e demais informação fornecida.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Eurostat (2001). *Estatísticas Europeias de Acidentes de Trabalho (EEAT) – Metodologia*. Edição 2001, DG Employment and Social Affairs. European Commission, Luxembourg.
- Jacinto, C., Almeida, T., Antão, P., Guedes-Soares, C. (2007). *Causas e Circunstâncias dos Acidentes de Trabalho em Portugal, 2001-2003*. Coleção Cogitum N°27, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho e Segurança Social, Lisboa. 153p.
- Kjellén, U. (1984). The Deviation Concept in Occupational Accident Control – Part I – definition and classification. *Accident Analysis and Prevention*, 16, 289-306.
- Kjellén, U. (1998). *Accident Deviation Models*. In: The ILO Encyclopaedia of Occupational Health and Safety, 4<sup>th</sup> Edition, Vol. II, Part VIII-56.20, ILO – International Labour Organisation, Geneva.
- Kjellén, U., Hovden, J. (1993). Reducing Risks by Deviation Control – a retrospective into research strategy. *Safety Science*, 16, 417-438.
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: an introduction to its methodology*. Thousand Oaks: Sage